

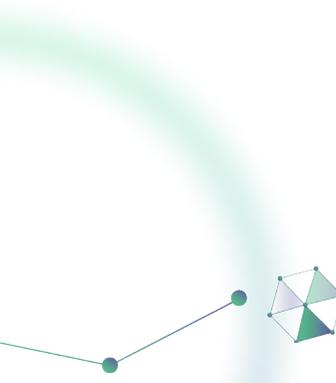
P Palestine
International Forum
for media & communication
"Tawasol"

MEMO
MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

A NARRATIVA PALESTINA: UMA NOVA ERA

Prioridades e responsabilidades
na apresentação da narrativa e engajamento global





Sumário

Apresentação	4
Uma nova fase	9
A luta palestina — Continuidade e evolução	14
Desenvolvimento qualitativo do engajamento de mídia	17
Prioridades no desenvolvimento de discursos em apoio aos direitos e à justiça na Palestina	20
Perspectivas de respostas globais	28
Enfrentamento à desinformação	33

A NARRATIVA PALESTINA: UMA NOVA ERA

Prioridades e responsabilidades
na apresentação da narrativa e engajamento global

Preparado pela equipe do Fórum Internacional Palestina
para Mídia e Comunicação — Tawasol

Traduzido ao português pela do equipe Monitor do Oriente Médio — MEMO

2025

Apresentação

A causa palestina permanece uma questão relevante que se impõe dentre as maiores prioridades globais, mediante a persistente luta de seu povo, geração após geração. Tamanha resiliência prevalece apesar de tentativas implacáveis de apagar e neutralizar a causa, junto a atrocidades hediondas cometidas pela ocupação, opostas à consciência humana em todo o planeta. A causa palestina entrou em uma nova fase de confrontação contra a ocupação, caracterizada pela escalada das campanhas brutais de genocídio contra o povo palestino, com apoio de forças e entidades influentes na comunidade internacional. A duradoura luta do povo palestino merece apoio claro e inequívoco a partir de esforços diversos de mídia para fomentar a compreensão e a defesa dos direitos legítimos de resistência e busca por liberdade. O discurso de liberdade deve permanecer entrelaçado às condições e aos pré-requisitos básicos para sua realização.

Essa nova fase demanda avanços qualitativos no engajamento da imprensa junto à causa palestina. É notável que os esforços de comunicação de redes de imprensa solidárias estejam ressoando cada vez mais, em âmbito global, transcendendo culturas, idiomas e contextos sociais. Tais esforços conferem um senso de autenticidade global à causa palestina, ao refletir as características únicas dos ambientes dos quais emerge.

À medida que a causa palestina avança a essa fase intensa de confrontação contra a ocupação — marcada pelo agravamento de políticas de genocídio, limpeza étnica, destruição generalizada, fome como arma de guerra, crimes de lesa-humanidade e expansão de assentamentos ilegais —, urge o desenvolvimento de discursos favoráveis à busca por direitos e justiça na Palestina — algo fundamental para ecoar narrativas efetivas, que respondam aos eventos em curso, respeitem os diferentes contextos comunicacionais e promovam as respostas almejadas.

Um discurso geral que meramente defenda a liberdade, os direitos e a justiça na Palestina é, no entanto, insuficiente sem uma articulação meticulosa de declarações e argumentos adequados para detalhar tópi-

cos e subtópicos. Tais narrativas devem se adaptar aos novos desenvolvimentos e eventos, ao garantir que tomem em consideração os requisitos para estabelecer uma influência comunicacional e reagir à propaganda. Além disso, tais estratégias implicam em adotar demandas específicas e apoiá-los com evidências robustas sempre que possível. Trata-se de algo vital para enfatizar a justiça por trás da causa palestina, defender a liberdade de seu povo até o fim da ocupação e restauração de seus direitos usurpados, ressaltar a natureza da ocupação como um regime colonial de apartheid — algo intolerável hoje — e rechaçar a ideologia racista do sionismo, assim como suas tendências fascistas e provocadoras, além das políticas de assentamento que se engendram pela realidade imposta da ocupação.

A verdadeira solidariedade não pode se restringir à simpatia pelas vítimas enquanto desconsidera sua luta legítima para reagir à agressão e reivindicar seus direitos usurpados. Defender a causa palestina deve se tornar uma prioridade em nome dos direitos, da liberdade e da justiça de todos, em todo o mundo, sem hesitação ou condições às formas adotadas de resistência legítima, em busca da libertação.

Esforços devem convergir para reagir ao negacionismo frente ao genocídio, à limpeza étnica e as crimes de guerra e lesa-humanidade cometidos pela ocupação israelense contra o povo palestino. T tamanha negativa deve ser reconhecida como uma mancha na reputação daqueles que lhes são cúmplices, como prerrogativa a uma defesa embasada em princípios éticos e morais contra as atrocidades que recebem deplorável apoio e assistência.

Não há alternativa senão responsabilizar devidamente certos Estados, líderes e instituições por seus respectivos papéis em apoio à ocupação, ao viabilizar suas violações ou lavar as mãos diante de seus atos de genocídio, limpeza étnica e crimes de guerra e lesa-humanidade. A cumplicidade se manifesta no envio de armas, apoio financeiro, defesa dos crimes ou prevaricação perante a necessidade de impor dissuasões legais.

Há demandas específicas que devem ser incluídas nos movimentos, posicionamentos e conteúdos de mídia, como a imposição de sanções à ocupação israelense, seu exército, seus colonos, seus líderes e suas instituições; desinvestimento das instituições e empresas da ocupação, assim como quaisquer instituições ou empresas que a apoiam, mantêm contratos ou investem nelas; boicote à ocupação e ruptura de todas as formas de cooperação com suas instituições; corte de relações com a ocupação; criminalização dos assentamentos, conforme o direito internacional; e proibição de qualquer comércio com tais assentamentos.

A eficácia de tais demandas específicas se amplia quando implementadas dentro de contextos bem definidos e papéis e responsabilidades bem delineadas, e com respostas claramente enunciadas, sem deixar espaço para dúvidas ou vacilações.

O engajamento midiático e cívico pode revigorar a troca de expertises e a disseminação de iniciativas globais para alcançar respostas eficazes, formas diversas de pressão e de campanhas de oposição.

À medida que o mundo entra em uma nova fase de interação com a causa palestina — alimentada por experiências acumuladas de solidariedade e de ativismo consciente nos mais variados contextos globais —, é necessária uma inflexão moral para retificar políticas injustas e posicionamentos enviesados que continuam a impor baixas ao povo palestino em termos de sua existência, direitos, liberdade e vida. Devemos mobilizar esforços contra a ocupação colonial de assentamentos na Palestina e as políticas de genocídio, limpeza étnica e crimes de guerra contra seu povo. Redes e agentes de mídia nos setores de comunicação, nas plataformas digitais, na sociedade e nas esferas culturais carregam enormes responsabilidades em um mundo que precisa cada vez mais de políticas e posicionamentos favoráveis à justiça, aos direitos humanos e à lei humanitária internacional, enquanto buscam dissuadir aqueles que mantêm apoio à ocupação israelense e à sua brutal agressão contra o povo palestino.

A propaganda da ocupação, seus respectivos conteúdos e desenvolvimentos em curso devem ser também identificados com clareza, com o intuito de refutá-los nas plataformas de mídia, dismantlar seus pretextos e invalidar suas mentiras. Sua propaganda recorre a métodos de desinformação para falsear fatos, controlar tendências dentro da cobertura de imprensa e influenciar as crenças do público. O objetivo é confundir todos aqueles que apoiam a liberdade e a justiça para a Palestina e distraí-los de suas prioridades em apresentar seus pleitos, suas mensagens e suas reivindicações, ao fazê-los com que se concentrem em respostas defensivas e anseios secundários. Tamanho esforço de propaganda não hesita em distorcer os fatos sobre o povo palestino e privá-lo de sua humanidade — implícita ou explicitamente —, com o propósito aberto de justificar seu assassinato, facilitar a condução de brutais crimes de guerra e encobrir crimes ou violações flagrantes e específicas.

Uma nova fase



A causa palestina entrou em uma nova fase de confrontação com a ocupação, sob a escalada da guerra genocida contra o povo palestino, com apoio direto e indireto de potências e partes influentes da comunidade internacional. A partir de outubro de 2023, o povo palestino passou a enfrentar uma das mais hediondas campanhas de genocídio e limpeza étnica de sua história, desde a Nakba — em árabe, “catástrofe” —, em 1948, com intenções declaradas de seu direcionamento por parte da liderança política e militar da ocupação, diante dos olhos de todo o mundo. Essa nova fase se manifesta em uma série de dimensões, com os seus devidos papéis e deveres e suas oportunidades e desafios impostos:

- Intensificação das agressões da ocupação, aumento de sua brutalidade e exposição às claras de suas intenções expansionistas, além de declaração aberta de condução de uma nova Nakba sobre o povo palestino, com sinais de expandir o escopo de sua campanha hostil; exacerbação das tendências fascistas e racistas, incluindo objetivos declarados de anexação ilegal e esforços “decisivos” da liderança ocupante nos níveis político, militar e colonial;
- Rejeição ostensiva da lei internacional e mesmo de acordos assinados pela própria ocupação — como os Acordos de Oslo —, em prejuízo de todos os arranjos de paz e das promessas antigas de uma solução política, junto do desmantelamento de quaisquer oportunidades para estabelecer um Estado da Palestina, mesmo que em uma parte fragmentada das terras, sem verdadeira soberania;
- Desprezo ostensivo e prepotente, demonstrado pela ocupação, sobre a comunidade internacional e suas instituições, incluindo a Organização das Nações Unidas (ONU), seu secretário-geral, seus peritos e relatores e suas agências — como a Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) —, além das instituições

internacionais de justiça — como o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) e o Tribunal Penal Internacional (TPI) —, aos olhos de todo o mundo;

- Grave extensão com a qual a propaganda da ocupação tem distorcido fatos, falsificado eventos e usado de artifícios, além de esforços crescentes de difamação, incitação, estigmatização, silenciamento e intimidação em todo o mundo, a fim de silenciar consciências e críticas;
- A luta crescente travada pelo povo palestino, manifesta em sua resistência, resiliência e seus enormes sacrifícios diante do genocídio, da destruição, do deslocamento, da fome imposta, dos abusos e da perseguição, além da privação dos direitos, da justiça e de liberdades básicas impostos pela ocupação, junto de tudo que isso demanda em termos de esforços correspondentes no âmbito da interação midiática em todo o mundo;
- A nova densidade de simbolismo inspirador que se expressa nos sacrifícios do povo palestino e em sua luta por liberdade, como manifesto nos rostos e nomes de palestinos das mais distintas gerações, que o mundo passou a conhecer, e cujas histórias e tragédias se tornaram públicas, ao torná-las ícones de uma solidariedade humana que transcende ambientes e culturas;
- O crescente impulso da presença palestina no mundo, em termos de quantidade, qualidade e especialização, assim como a ascensão de novas gerações de palestinos dentro do país e no exterior, por parte de agentes oriundos de nações, culturas e comunidades diversas, que carregam consigo a causa palestina, ao pertencer simbolicamente a ela e mobilizar esforços em seu nome em âmbito global;

- Desenvolvimento de um estado global de solidariedade para com a Palestina, em seu escopo, campos de atuação, expressões, componentes e bravura, e advento de uma fase sem precedentes de engajamento popular para com a luta palestina — neste sentido, é da mais crítica importância restaurar este estado com impulso renovado, expertise gradativa, alternativas de influência e oportunidades de interação mútua;
- Emergência de movimentos qualitativos que pressionem a ocupação, para isolá-la e obstruir seus interesses na comunidade internacional, como expressado por decisões de múltiplos países para retirar seus embaixadores ou romper relações diplomáticas, além de registrar processos legais contra a entidade ocupante e seus líderes em órgãos da justiça internacional, de maneira inédita;
- Horizontes de interação que se expandem no escopo da causa palestina, com um volume cada vez maior de mídias disponíveis, assim como redes de contato e alternativas cívicas e especializadas, em âmbito local, regional e internacional, alimentadas por desenvolvimentos em mídia, comunicação, networking, ativismo e trabalho cívico global; Emergência de prioridades renovadas em termos de pressão civil, indiciamento e justiça penal internacional, boicote, desinvestimento e sanções, enquanto se reconhece o estágio histórico crítico vivenciado pela causa palestina, a realidade da ocupação e as crescentes oportunidades disponíveis para interação;
- Consciência crescente das redes de cooperação que sustentam a ocupação e seus canais de apoio, em todo o mundo, em âmbito político, militar, econômico, técnico e de propaganda, junto da exposição de instituições proeminentes envolvidas, assim como universidades de prestígio e órgãos conhecidos em tais matérias;
- A necessidade de isolar a ocupação em escala global, ao impor pressão sobre seus interesses e confrontar as diversas conspirações que a sustentam em todo o mundo, ao concedê-la cobertura política, assistência militar, apoio econômico e pretexto midiático de maneira que não apenas a mantenha como a encoraje a seguir com suas violações e campanhas de genocídio, limpeza étnica e crimes de guerra.

A luta palestina

Continuidade e evolução



A causa palestina se distingue, em particular, por ser um testemunho vivo da resiliência dos povos, ao se afirmar, de forma consistente, na arena global mediante a firme luta de seu povo, geração após geração. A narrativa palestina sobreviveu e continua a sobreviver a esforços implacáveis e sistêmicos para suprimi-la, neutralizá-la e erradicá-la. Em contrapartida, as atrocidades conduzidas pela ocupação continuam a desafiar a própria consciência humana.

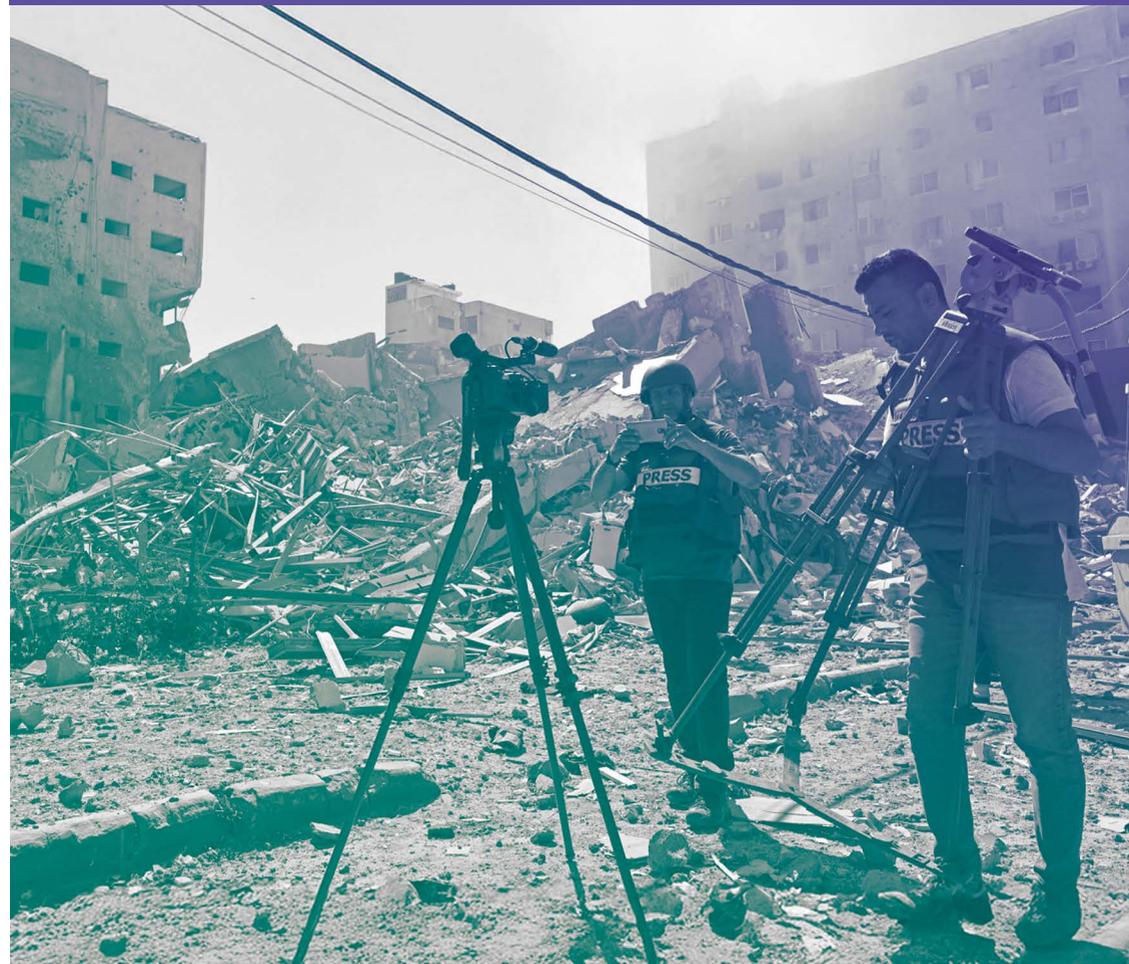
Por mais de um século, o povo palestino trava uma luta inabalável por libertação contra um Estado racista de colonização de assentamentos, que se nega a demarcar fronteiras e se recusa até mesmo a reconhecer a existência do povo palestino. Este Estado supremacista rejeita categoricamente o estabelecimento de um Estado palestino, mesmo que apenas como uma formalidade — sem um exército próprio ou sequer contiguidade geográfica.

O povo palestino tem todo o direito de se defender e resistir, por todos os meios disponíveis, frente a essa injusta ocupação, até reaver seus direitos usurpados. É meramente lógico que o povo palestino intensifique seus esforços de resistência à medida que a ocupação intensifica sua persistente agressão, ao atacar direitos, liberdades básicas, terras e lugares santos. As políticas extremas da ocupação — incluindo bloqueios asfixiantes, expansão hostil dos assentamentos e controle draconiano do direito de ir e vir — ressaltam não apenas a necessidade como a urgência que se faz pela resistência, sobretudo diante da consolidação de governos extremistas e fundamentalistas — composto inclusive por lideranças que promovem ideias expansionistas e “soluções finais” para subjugar o povo palestino, liquidar sua causa e desestabilizar toda a região.

Toda a comunidade internacional é testemunha dos sacrifícios e da resiliência do povo palestino, que continua a inspirar consciências e povos, mediante sua inabalável resistência contra um dos regimes mais opressivos e militarizados da história moderna.

A perseverante luta do povo palestino merece apoio amplo e abrangente da livre imprensa e de nossos esforços e nossas iniciativas comunicacionais, ao fomentar maior compreensão e defesa do direito legítimo de resistir e buscar libertação, por quaisquer meios disponíveis, de modo que o discurso sobre liberdade não se isole das razões para buscá-la e das condições que se colocam a sua implementação.

Desenvolvimento qualitativo do engajamento de mídia



Esta nova fase da causa palestina exige uma mudança qualitativa no engajamento de mídia. Recorrer a abordagens convencionais ou limitadas não é mais suficiente. Ao contrário, esforços de mídia e comunicação devem se asseverar de maneira efetiva em todos os níveis e domínios, ao acomodar oportunidades diversas e crescentes de interação.

A mídia moderna, alimentada por avanços sem precedentes em comunicação e tecnologia, permeia todos os aspectos de nossas vidas. A proliferação dos aparelhos celulares, a digitalização, a inteligência artificial e as sucessivas inovações criaram oportunidades ilimitadas de engajamento comunicacional..

Não é preciso dizer que a justa causa da Palestina exige mobilização das mentes e corações de todo o mundo, ao exigir esforços concentrados através dos mais diversos campos de mídia, comunicação e interação — o que pede combinação de recursos, expertise, criatividade e dedicação, para que avancemos com essa missão.

Tamanho mudança qualitativa é evidente — embora não se restrinja a — tanto da interação ampla de mídia embasada na solidariedade quanto no engajamento especializado e específico de comunicação. Embora esforços globais e gerais de mídia em defesa da liberdade do povo palestino e em apoio aos movimentos de base sejam essenciais, é preciso complementá-los com iniciativas especializadas. Isso inclui, entre outras ações, monitoramento e documentação, ativismo legal, exposição de propaganda e jornalismo investigativo, com foco em expor as práticas da ocupação e sua cumplicidade.

A mídia exerce um papel crucial em amplificar e sustentar diversas iniciativas nos mais variados setores. Além disso, serve como catalisador ao revigorar esforços e encorajar maiores ações.

O engajamento qualitativo de mídia envolve também estratégias proativas, estabelecimento de cronogramas e esforços para influenciar prioridades, em vez de somente reagir aos eventos ou postergar respostas.

No caso da Palestina, o desenvolvimento qualitativo de mídia transcende esforços centralizados. Esforços de mídia e comunicação em apoio à Palestina são de fato esforços que estão se intensificando de forma orgânica em todo o mundo, a partir de diversas culturas, idiomas, sociedades e círculos, e que, a partir deste aspecto, adquirem autenticidade global consistente com as especificidades dos ambientes dos quais emergem. Neste sentido, a Palestina desfruta de uma evidente vantagem em relação a tendências facciosas, centrais e entrelaçadas, que caracterizam a propaganda da ocupação, mobilizando braços e cúmplices em todo o mundo, com um conteúdo unilateral que, na melhor das hipóteses, abusa da ingenuidade — no entanto, incapaz, ao que parece, de verdadeiramente conquistar corações e mentes.

Prioridades no desenvolvimento de discursos em apoio aos direitos e à justiça na Palestina



A nova fase da causa palestina, com a escalada do genocídio, da limpeza étnica, da destruição ampla, da fome como arma de guerra, dos crimes de lesa-humanidade e da expansão dos assentamentos ilegais, demanda evolução das narrativas em apoio à justiça e aos direitos na Palestina. É fundamental construir discursos efetivos, cientes de seus contextos, que abordem os eventos em curso e incentivem as respostas almejadas.

Uma narrativa geral que defenda a liberdade, os direitos e a justiça não basta. Ao contrário, argumentos meticulosamente construídos devem tratar de questões detalhadas e subtópicos relacionados, ao assegurar que estejam atualizados para refletir os desenvolvimentos correntes. Tais narrativas devem priorizar a influência comunicacional e contrapor a propaganda oposta.

Isso também envolve adotar demandas específicas e substanciá-las com fortes evidências sempre. Ponderações fundamentais incluem:

Revitalizar a narrativa palestina — esclarecer a causa e reafirmar direitos:

Destacar o aspecto de justiça da causa palestina e promover a liberdade de seu povo até que se encerre a ocupação e que os direitos usurpados sejam restaurados — incluindo ao asseverar direitos básicos do povo palestino, como reaver suas terras, exercer sua soberania sobre seus recursos e garantir o retorno dos refugiados a suas casas, das quais foram deslocados à força. Implica também em apoiar o estabelecimento de um Estado independente da Palestina, com Jerusalém como sua capital, ao reafirmar o direito à autodefesa do povo nativo e à resistência à ocupação e à agressão contra si, sua terra e seus lugares sagrados. A resiliência e a luta do povo palestino têm de ser reconhecidas e ressaltadas. Dimensões da causa frequentemente negligenciadas, como o direito do retorno dos refugiados e a tragédia dos prisioneiros políticos nas cadeias da ocupação, têm de receber maior atenção. Além disso, os perigos impostos pelas ideologias sionistas e as tendências fascistas e supremacistas relacionadas devem ser expostos.

A realidade é que os últimos anos externaram falta de oportunidades concretas de coexistência junto à ocupação, ao dissipar ilusões de reconciliação com tamanhas violações. A extensão das ameaças existenciais postas pela ocupação e suas tendências hostis, coloniais, fascistas e racistas em relação ao povo palestino e a possibilidade de sua permanência em terras palestinas evidenciou, para além dos graves riscos futuros impostos pelas políticas adotadas, planos públicos, objetivos declarados e um discurso articulado por parte das lideranças políticas e militares da ocupação. Tais avanços exigem de nós ampliarmos os limites de nosso discurso em apoio à Palestina, ao desenvolver cada vez mais demandas urgentes, direcionar cuidadosamente a mensagem exprimida e abandonar padrões brandos de discurso que prevaleceram nas negociações de décadas atrás e que não acomodaram adequadamente os direitos e as demandas legítimas do povo palestino.

Não é correto que nos satisfaçamos em apenas refutar a propaganda da ocupação e suas falácias. Em vez disso, é crucial destacar a justa causa do povo palestino, apresentar argumentos persuasivos, vencer corações e mentes e priorizar seus aspectos essenciais — isto é, a ocupação e a privação dos direitos e da liberdade do povo palestino —, de modo que estejamos sempre prontos a transmitir mensagens claras neste sentido.

Expor e condenar a ocupação:

Lembrar sempre do caráter da entidade ocupante como um Estado racista e colonial, inaceitável no mundo de hoje, ao rechaçar ideologia e as tendências fascistas, supremacistas e incitadoras do sionismo, assim como as políticas de assentamento assim engendradas. Destacar os planos, os posicionamentos e as declarações ostentadas pelas lideranças ocupantes que revelam racismo, dolo e crimes e horrores específicos cometidos pela ocupação, em particular, diante dos acontecimentos recentes e do comportamento de seus colonos e soldados.

Avançar da empatia ao apoio:

Apesar da importância dos esforços humanitários diante do sofrimento do povo palestino, sob ocupação, perseguição, genocídio e limpeza étnica, a verdadeira solidariedade se estende muito além da empatia para com as vítimas, para incluir apoio a sua luta legítima que busca repelir tamanha agressão e reconquistar direitos.

Apoiar a causa de seu povo deve ser prioridade àqueles que defendem a liberdade, a verdade e a justiça em todo o mundo, sem hesitação e sem impor condições ou restrições às formas e opções legítimas de luta no caminho para a libertação.

A empatia para com as vítimas permanece simbólica caso rejeite a resistência popular legítima contra a injustiça e pelo fim da ocupação; ou se prefere o papel da vítima derrotada a contrapor à opressão, à agressão e à ocupação, de modo que paremos nos limites de monitorar violações sem jamais buscar dissuadi-las ou erradicá-las?

Vale notar que o agressivo ocupante usufrui do apoio de grandes potências e países influentes, de modo que os povos, as massas e as consciências vivas em todo o mundo devem se por ao lado da Palestina e seu povo no caminho da libertação, pela reivindicação de direitos e em busca da justiça.

Expor o negacionismo frente ao genocídio:

Esta nova fase da causa palestina tem exposto uma tendência preocupante entre proeminentes agentes internacionais em negar o genocídio, a limpeza étnica e os crimes de guerra e lesa-humanidade cometidos pela ocupação israelense contra o povo palestino.

Esta tendência alarmante despreza, na prática, as vivências e a segurança do povo palestino, ignora a realidade das atrocidades e tenta culpar as vítimas em vez dos perpetradores. Atitudes como revelam a prepotên-

cia e o provável viés racial das partes, ao priorizar certas vidas sobre outras e aplicar seletivamente valores humanitários, direitos e princípios desde que alinhados a seus interesses políticos.

Esforços em todos os campos relevantes devem convergir para expor o negacionismo frente ao genocídio e destacar suas gravíssimas consequências morais para a comunidade internacional. Tamanho negacionismo — ao menos implicitamente — confere anuência aos massacres e às atrocidades e evidenciam indiferenças quando certas populações são alvejadas, em particular quando os perpetradores pertencem a grupos específicos. É evidente que os horrores impostos ao povo palestino teriam provocado repúdio internacional absoluto, caso se dirigissem a outras populações ou fossem cometidos por outros atores senão a ocupação israelense.

O negacionismo frente ao genocídio, sobretudo quando transmitido em tempo real, deve ser exposto como uma mancha deplorável àqueles que são cúmplices. Para tanto, é fundamental mobilizar um ativismo ético e moral, com base em princípios, para confrontar as atrocidades que continuam a receber vergonhoso apoio internacional.

Mobilizar pressão e atribuir responsabilidade:

É inaceitável permitir que as partes responsáveis fujam de suas obrigações e seus compromissos, sobretudo em meio a eventos e períodos de escalada. Responsabilizar certos líderes, Estados e instituições, especificamente, por seu papel em apoiar a ocupação, encorajar suas violações ou negligenciar e, portanto, viabilizar e o genocídio e os crimes de guerra em curso, é de fundamental importância.

A responsabilidade se estende a todos aqueles envolvidos em fornecer armamentos, financiar ou encobrir os crimes da ocupação, assim como àqueles que se evadem de assumir as devidas medidas punitivas. Além disso, prevaricar sobre uma resposta adequada aos crimes ou permane-

cer em silêncio diante da brutalidade da ocupação é também uma forma de cumplicidade. Isso implica que promover a normalização com a ocupação equivale a encorajar suas ações, avaliar seus crimes e falhar em contrapor-la devidamente sobre ditos princípios éticos e morais.

Certas potências na comunidade internacional carregam particular responsabilidade histórica por seu papel em criar e perpetuar a tragédia do povo palestino ao longo do último século. É essencial ressaltar tais responsabilidades em busca das reivindicações legítimas por reconhecimento, justiça, desculpas oficiais e indenização.

A responsabilidade abrange ainda documentar o envolvimento de líderes e oficiais em diversos países cujas ações e declarações se voltam a apoiar substancialmente o genocídio, a limpeza étnica e os crimes de guerra cometidos contra o povo palestino — incluindo justificar violações, promovê-las em âmbito global ou conferi-las apoio político e militar. Tais indivíduos devem, sim, enfrentar a justiça em termos éticos e morais, incluindo via procedimentos legais sempre que possível.

Formular demandas específicas:

Demandas generalistas, como respeitar a lei internacional ou parar a agressão, pouco fazem para responsabilizar direta e devidamente as partes ou esclarecer quais passos tomar a seguir. Demandas específicas, por outro lado, devem ser incorporadas nos esforços tomados em busca de direitos e nas conceituações e práticas de mídia, incluindo:

- Impor sanções contra a ocupação israelense, seu exército, seus colonos, seus líderes e suas instituições; Disinvestir de instituições e empresas ligadas à ocupação ou que se tenham contratos ou investimentos nela;
- Boicotar a ocupação e encerrar todas as formas de cooperação com suas instituições;

- Cortar todos os laços diplomáticos com a ocupação;
- Criminalizar as atividades dos assentamentos e proibir qualquer comércio ou negócios com os assentamentos.

A eficácia de tais demandas aumenta quando são embasadas em realidades claras, nas quais os papéis e as responsabilidades estão explicitamente definidas, ao requerer respostas bem articuladas para evitar qualquer complacência.

Demandas concretas também podem mobilizar comunidades locais e internacionais a fiscalizar e averiguar se seus respectivos governos, organizações, empresas, universidades e sindicatos cumprem seus compromissos declarados tanto éticos quanto morais — por exemplo, para desinvestir de fabricantes de armas ligadas à ocupação, revogar contratos de cooperação técnica com entidades da indústria militar ou proibir a exportação de armamentos à ocupação israelense via portos e aeroportos nacionais.

Destacar papéis e respostas ideais:

Neste contexto, é fundamental promover uma narrativa que inspire e lembre os indivíduos e as entidades que os representam de suas responsabilidades, enquanto encoraja respostas ideais à ocupação e seus crimes, entre as quais:

- Enfatizar a importância de posições favoráveis aos direitos e à justiça na Palestina;
- Ostentar e promover iniciativas e ações exemplares para inspirar terceiros e motivar o povo palestino e aqueles que o apoiam;
- Celebrar ações e movimentações positivas;

- Propor novas iniciativas e encorajar esforços coletivos;
- Direcionar pressão rumo a objetivos específicos e lançar apelos e chamados à ação.

O engajamento cívico e midiático pode revigorar a troca de experiências e a disseminação de respostas práticas e efetivas, ao fomentar iniciativas diversas de pressão e contestação. Tamanho engajamento, em troca, amplifica a solidariedade global para com a Palestina, ao assegurar um processo dinâmico e recíproco que precipita seu impacto.



Perspectivas

de respostas globais

O mundo embarcou em uma nova fase de engajamento com a causa palestina, caracterizada pelas experiências acumuladas de solidariedade e pelos insights daqueles que agem junto à causa nos mais variados contextos globais. A consciência pública sobre as realidades na Palestina e o sentimento de urgência do apoio à luta de seu povo cresceram consideravelmente. Em todo o mundo, há movimentos de enorme alcance, campanhas de pressão e incontáveis iniciativas alinhadas à luta palestina por diversos meios. A solidariedade global enfrenta agora uma responsabilidade histórica para denunciar e confrontar o genocídio, a limpeza étnica, a destruição ampla, a fome como arma de guerra e os crimes de lesa-humanidade cometidos pela ocupação israelense, em geral, com legitimação e apoio de potências internacionais enviesadas. Comunidades em todo o mundo estão despertado às verdades da causa palestina de forma sem precedentes, culminando na rejeição generalizada à ocupação, sobretudo entre os jovens.

Encoraja-nos ver que os chamados pela liberdade e justiça na Palestina ganham apoio de povos, comunidades e indivíduos de consciência em todo o globo. Seus esforços ressoam exemplos de solidariedade com povos e nações que lutam por libertação contra o colonialismo, a opressão e o racismo. A pressão crescente e as ações coletivas são passos rumo a libertar a Palestina de sua prolongada ocupação, ao privar esta do apoio, da proteção e da imunidade de que hoje desfruta.

Aderir a princípios, valores universais e convenções internacionais exige estar ao lado da Palestina e de sua causa. Defender a causa palestina é um compromisso ético e moral vital à humanidade. É também um teste ao compromisso que se guarda para com princípios de justiça, direitos e liberdade no mundo de hoje, ao requerer mobilizar recursos, conhecimento e esforços em todo o globo. Tamanha responsabilidade se reitera pelo fato de que a ocupação colonial de assentamentos na Palestina se estabeleceu e se mantém via persistente apoio de potências, instituições e redes de interesse internacionais. Tais entidades fornecem à ocupação cobertura política, insumos militares, assistência econômica, recrutamento de colonos, propaganda, imunidade legal e apoio técnico.

Os esforços de propaganda da ocupação se intensificaram, ao empregar distorções, incitamento, estigmatização, intimidação e táticas de silenciamento para atacar consciências e vozes que porventura apoiem os direitos palestinos e a justiça em todo o mundo. Tais esforços refletem um medo profundo entre a ocupação e seus líderes de rejeição global, isolamento internacional e responsabilização penal. É alarmante, porém, que alguns governos, autoridades e redes de comunicação se alinhem aos esforços de propaganda para proteger os crimes da ocupação enquanto limitam a liberdade de expressão e acossam aqueles que reivindicam justiça e direitos — muitas vezes por censura e mesmo perseguição legal. A cumplicidade de governos, autoridades e redes de comunicação em apoio à ocupação, para encobrir seus crimes, fere valores democráticos, a liberdade de expressão, o respeito aos direitos humanos e o compromisso com a lei internacional. Tamanha cumplicidade impõe consequências gravíssimas ao mundo de hoje.

A comunidade global demanda com urgência de uma transformação ética e moral para retificar políticas injustas e posturas enviesadas enfrentadas pelo povo palestino às custas de sua existência, seus direitos, sua liberdade e suas vidas. O continuado desprezo pelas convenções internacionais, a erosão do direito humanitário internacional e a impunidade concedida aos criminosos de guerra israelenses simplesmente não podem continuar. Tolerar tais injustiças ameaça a paz em âmbito global e degrada as instituições internacionais, ao expungir a credibilidade dos sistemas de justiça globais.

Esforços devem convergir para combater a ocupação colonial de assentamentos na Palestina e suas políticas de genocídio, limpeza étnica e crimes de guerra. Plataformas de mídia e comunicação, organizações da sociedade civil e instituições culturais carregam responsabilidades ímpares em defesa de políticas e posicionamentos favoráveis à justiça, aos direitos humanos e à lei humanitária internacional, para impedir os avanços da ocupação israelense e cortar o apoio a sua brutal agressão.

Isso requer:

- Apoiar o povo palestino em sua luta por libertação, auto-determinação e restauração de seus direitos inalienáveis, incluindo o estabelecimento de um Estado independente e soberano com Jerusalém como sua capital;
- Possibilitar o retorno dos refugiados palestinos a suas terras e às propriedades das quais foram expulsos à força, junto a políticas e ações sérias para tanto;
- Respeitar o direito do povo palestino a se defender e à resistência contra a ocupação como meio para buscar sua liberdade e reaver seus direitos usurpados, como consagrado na lei internacional;
- Lançar uma campanha de pressão global para garantir a libertação dos milhares de palestinos detidos nas cadeias e campos de concentração de Israel, incluindo mulheres, menores, idosos e profissionais de saúde, muitos deles sujeitos a abuso, tortura e privação de direitos básicos, incluindo frequentemente condições que ameaçam suas vidas;
- Encerrar o viés crônico contra os direitos e a justiça na Palestina, ao dar fim a imunidades concedidas à ocupação israelense sobre a lei internacional e mecanismos de justiça, ao responsabilizá-la por seus crimes — restaurar a credibilidade dos valores e princípios globais exige aplicar a justiça igualmente a todos;
- Banir o apoio e o recrutamento a organizações coloniais extremistas e ao exército da ocupação israelense, interditar canais de abastecimento de armamentos e recursos a tais entidades e impedir que combatentes estrangeiros se filiem ao exército ocupante e a gangues coloniais fascistas;

- Implementar medidas contundentes para boicotar a ocupação israelense, desinvestir de suas instituições, impor sanções e isolá-la na comunidade internacional;
- Combater o racismo sionista e suas manifestações fascistas, que desafiam as normas globais e fazem chacota das instituições e dos tribunais internacionais e buscam intimidar, estigmatizar e criminalizar aqueles que defender direitos básicos, a liberdade e a justiça.

Enfrentamento

à desinformação



É essencial diagnosticar a prevalência de propaganda da ocupação, ao analisar seu conteúdo e monitorar suas atualizações constantes para refutá-la na mídia, desmontar seus argumentos e expor suas inverdades.

A propaganda emprega meticulosamente narrativas fabricadas para controlar tendências de cobertura e influenciar a opinião pública. Os esforços da ocupação têm como objetivo confundir aqueles que defendem a justiça e a liberdade na Palestina, ao distraí-los para que assumam posturas defensivas em torno de questões secundárias em vez de priorizar seu próprio ativismo, sua mensagem e suas reivindicações.

Uma observação crítica é que essa propaganda facciosa fundamentalmente ignora a existência da ocupação e nega a realidade do povo palestino e de sua justa causa e distorce a resistência palestina, ao retratar a ocupação como vítima, ao insistir que a própria continuidade da ocupação, sua agressão e seus crimes de lesa-humanidade, são indigências existenciais a sua sobrevivência. Os esforços de propaganda buscam ainda atacar os apoiadores da causa palestina ao tentar intimidá-los, incluindo organizações internacionais que monitoram as práticas da ocupação e alertam contra suas políticas.

Mais especificamente, a propaganda da ocupação busca criminalizar e desumanizar o povo palestino, seja explícita ou implicitamente, para justificar os crimes de guerra brutais perpetrados contra ele. A propaganda nega ainda os crimes de guerra, genocídio e limpeza étnica do exército israelense, ao buscar legitimar tamanha violência como suposto imperativo de defesa. Além disso, culpa a resistência palestina pelas atrocidades cometidas pela ocupação, ao desviar responsabilidade por violações e culpar as vítimas.

A propaganda colonial israelense busca ainda desviar foco dos crimes hediondos da ocupação ao impor reivindicações periféricas para controlar o debate. Antecipa-se ao criar narrativas para justificar seus crimes de guerra futuros ou gerenciar reações após atrocidades específicas serem

eventualmente expostas. Em tais casos, fabrica evidências e recorre a técnicas avançadas para estabelecer uma credibilidade falaciosa a suas reivindicações, muitas vezes ao apelar à passagem do tempo para mitigar o sentimento de choque ou a resposta intuitiva a suas ações.

Narrativas chaves de desinformação e respostas:

A propaganda da ocupação e suas plataformas aliadas em escala global disseminam alegações falaciosas projetadas para inverter fatos, falsear realidades, justificar e encobrir violações. Suas narrativas buscam legitimar o genocídio, a limpeza étnica, os crimes de guerra e lesa-humanidade, a agressão fascista e as políticas racistas adotadas pela ocupação, ao privar o povo palestino de seus direitos fundamentais, como liberdade e soberania sobre suas terras e recursos. Exemplos incluem:

- Associar a resistência palestina e sua luta justa e legítima a “barbárie” ou “terrorismo”;
- Alegar, sem quaisquer provas, que grupos de resistência usam civis palestinos como “escudos humanos” ou tomam residentes como “reféns”;
Culpar a vítima, como ao acusar grupos de resistência de causar o sofrimento de seu povo, destruir comunidades ou “levar a ruína” a sua própria população;
- Alegar que os crimes de guerra e lesa-humanidade cometidos pela ocupação são meras ações defensivas, para garantir “a segurança de seus cidadãos”, sob o pretexto do “direito de Israel à autodefesa”;
- Distorcer a realidade da luta palestina contra a ocupação, ao removê-la de seu contexto, negar sua legitimidade e difamá-la como uma “tentativa de exterminar os judeus”;

- Recorrer a frases estereotípicas como “A resistência palestina quer destruir Israel” ou “varrer os judeus do mapa”, para encobrir os crimes conduzidos pela ocupação e destruição da Palestina e genocídio contra seu povo;
- Retratar colonos e soldados israelenses como vítimas, ao associar suas violações a sua identidade judaica enquanto ignora a realidade da ocupação, da agressão e da expansão dos assentamentos ilegais;
- Enquadrar a resistência legítima do povo palestino como se fosse uma continuidade da perseguição e do extermínio contra os judeus na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, via manipulações linguísticas;
- Negar a realidade da ocupação, ao alegar — por exemplo — que “Israel deixou Gaza e buscou a paz”, mas que “a resistência palestina atacou Israel”, ao ignorar a ocupação prevalente sobre o enclave sitiado, apesar da retirada militar, de maneira que toda a Palestina permanece ocupada;
- Negar a realidade do bloqueio criminoso e da punição coletiva imposta aos palestinos, ao alegar que “Israel buscou a paz e abriu oportunidades de emprego aos palestinos de Gaza, mas que a resistência atacou Israel”;
- Retratar a resistência palestina como uma espécie de hostilidade injustificada, ao ignorar as realidades da ocupação, da agressão e das políticas opressivas, ao promover sentenças como “a resistência não reconhece o direito de Israel de existir” ou “os palestinos querem eliminar Israel e criar um Estado do rio ao mar”;

- Insistir que “Israel buscou a paz”, mas a resistência foi responsável por interrompê-la, ao alegar que os palestinos pretendem “sabotar a paz entre Israel e os Estados árabes”, sob a prerrogativa facciosa de que a região desfrutaria de paz e estabilidade caso cessasse a resistência palestina;
- Incitar contra organizações internacionais, agências humanitárias, relatores e especialistas de direitos humanos das Nações Unidas e outras entidades, no objetivo de neutralizar denúncias e seus papéis fundamentais, suprimir alertas contra os crimes da ocupação e justificar ataques letais a suas equipes e instalações;
- Incitar contra ativistas que se opõem à ocupação e seus crimes de genocídio, em âmbito global, ao difamá-los como “antisemitas” ou “apoiadores do terrorismo”, para desacreditar suas ações e seus movimentos.

Pontos chaves de resposta e contestação:

- Enfatizar os perigos da propaganda da ocupação e de seus colaboradores, à medida que tentam providenciar justificativas a atrocidades e violações gravíssimas;
- Ressaltar que as falsas alegações promovidas pelo governo e pelo exército da ocupação israelense, em escala global, são projetadas para legitimar o genocídio, a limpeza étnica, os crimes de guerra e lesa-humanidade e violações graves contra o povo palestino;
- Reiterar a realidade fundamental da ocupação colonial israelense, que expropria do povo palestino nativo suas terras, suas casas, seus direitos e sua liberdade;

- Expor a brutalidade da ocupação, incluindo genocídio, limpeza étnica, crimes de guerra e bombardeio de prédios residenciais, hospitais, mesquitas, igrejas, monastérios, mercados e padarias, além da privação deliberada de água, comida, medicamentos, eletricidade e combustível;
- Documentar por áudio, vídeo e transmissões ao vivo os crimes hediondos da ocupação, ao compilar evidências sobre tais atos;
- Refutar as alegações da propaganda ocupante sobre eventos específicos, com base em múltiplas investigações publicadas, para expor contradições e falsificações cujo intuito é obscurecer a verdade — relembrar o público, portanto, de que o governo e o exército ocupante não têm compromisso com a verdade, mediante imposições de cobertura de imprensa e um padrão consistente de fraude e desinformação, como evidenciado em incidentes prévios e recentes;
- Contrapor a ocupação a cada momento para que sejam conduzidas investigações independentes internacionais sobre suas alegações, de modo que se implementem missões imparciais de checagem de fatos, assim como jornalismo investigativo, para verificá-las;
- Reafirmar que o mundo testemunha hoje, em tempo real, as violações da ocupação, à medida que esta ainda busca exercer um papel de vítima, enquanto colonos e soldados agem com notável brutalidade contra a população nativa — em vez da suposta “autodefesa”;
- Garantir que o direito à autodefesa e resistência legítima pertence, como consagrado pela lei internacional, ao povo ocupante — e não à potência ocupante;

- Reiterar que o povo palestino tem a razão e a justiça de seu lado, em sua luta por libertação e que a liderança ocupante não pode mais esconder, mediante propaganda, sua verdadeira face de brutalidade, agressão e racismo;
- Ressaltar que o povo palestino busca liberdade, que o fim da ocupação é uma reivindicação justa e que resistir a ela, por quaisquer meios disponíveis, é um direito legítimo e inequívoco, ao notar, portanto, que a essência da questão está em dar fim à ocupação, em conquistar a liberdade, reaver direitos e assegurar justiça — que o povo palestino, como outras nações que o antecederam, luta por liberdade, justiça e fim da ocupação e da colonização e merece o apoio global em sua causa;
- Denunciar que a ocupação, com suas declaradas fundações hostis, expansionistas, fascistas e supremacista, é inimiga da civilização, da humanidade e de seus valores e princípios fundamentais — como liberdade, justiça, dignidade humana, entre outros —, à medida que comete crimes de lesa-humanidade e outras violações diametralmente contrárias à lei internacional;
- Alertar que alegações como “usar civis como escudos humanos” são pretextos estereotipados e racistas projetados para legitimar a política do exército ocupante de assassinar e exterminar inocentes, ao destacar o absurdo que é crer que a resistência palestina usaria sua própria comunidade como reféns, ao passo que evidências demonstram o contrário — que é o exército da ocupação israelense que isola e mantém como reféns os civis palestinos, ao coagi-los a servir como escudos humanos para avançar em seus atos de genocídio; destacar que aceitar essas alegações permitem que criminosos de guerra cometam atrocidades impunemente;

- Advertir contra narrativas meticulosamente fabricadas com intuito de justificar todo o conjunto de ações tomado pelo governo e pelo exército ocupante, incluindo genocídio, destruição em massa, limpeza étnica, fome como arma de guerra e crimes de lesa-humanidade, ao reiterar a importância de rejeitar tais alegações, que buscam culpar as vítimas;
- Observar que a alegação ocupante de que a resistência “traz ruína a seu povo” acaba por tacitamente admitir os próprios crimes de destruição em massa, devastação generalizada, genocídio e limpeza étnica cometidos por seu exército, ao notar que os líderes ocupantes recorrem a essa narrativa para evitar sua própria responsabilização por crimes de guerra, muito embora não absolvam a si mesmos, dado que seu destino repousa nas mãos de tribunais internacionais;
- Asseverar que é a ocupação que é responsável por destruir a Palestina e continua a fazê-lo, em franco contraste à resistência palestina, que prevalece como um movimento legítimo por libertação e direitos de seu povo, embora a propaganda da ocupação tente distorcer esses fatos;
- Enfatizar que a ocupação — e apenas a ocupação — é responsável pelas consequências de sua contiguidade, sua agressão e suas violações e que são suas ações as verdadeiras causas primárias de todas as formas de violência;
- Associar os riscos enfrentados pela sociedade colonial no contexto da resistência às políticas e práticas da ocupação, ao observar como esta age com desprezo em relação à segurança de sua própria sociedade, ao colocá-la deliberadamente em risco ao estabelecer colonatos avançados em áreas de provável confrontação — por exemplo, nos arredores de Gaza, no coração da Cisjordânia e em pontos de atrito ao norte —,

ao utilizar os assentamentos e seus colonos como instrumentos de expansão agressiva e controle estratégico das terras e seus recursos;

- Relembrar o público da presença continuada da ocupação em todas as terras da Palestina, da opressão ampla e irrestrita contra o povo palestino, do controle de seus recursos e do confinamento da população nativa em enclaves ou guetos, cercados por muralhas, cercas, checkpoints e estradas exclusivas a colonos;
- Destacar, portanto, o desenvolvimento de um sistema de apartheid que impacta severamente toda a população palestina, mediante políticas de bloqueio, isolamento demográfico e controle sobre costas e travessias, ao restringir a liberdade de movimento e a conectividade global da população nativa;
- Reiterar que a Palestina permanece ocupada, que o povo palestino é uma nação única e indivisível e que nenhum segmento da população palestina pode sobreviver como um observador passivo caso persista a ocupação e caso seus assentamentos ilegais se expandam, de modo ao negar os direitos fundamentais do povo palestino;
- Ressaltar que a ocupação impede os refugiados palestinos de retornar a suas casas e terras das quais foram expulsos à força, ao insistir em confiná-los a campos de refugiados, incluindo em Gaza e na Cisjordânia, em violação da lei internacional e de suas normas e princípios — em particular da Resolução 194 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948;
- Expor os fatos inegáveis da situação em curso, incluindo que a ocupação busca apagar do mapa, sistematicamente, toda a Palestina, e continua a cometer genocídio e limpeza étnica contra o povo palestino, ao notar os apelos reiterados das

autoridades da ocupação pela erradicação do povo palestino e de suas comunidades, incluindo ameaças de bombardeios nucleares para além da privação ampla e deliberada de necessidades básicas para sobreviver;

- Destacar que a ocupação não reconhece a Palestina, o povo palestino ou seu direito a existir em suas terras e casas; ressaltar que essa negativa transcende governos em Israel, cujos sucessivos líderes — de espectros políticos supostamente distintos — se negam até mesmo a balbuciar os termos “Palestina” ou “povo palestino”;
- Recordar sempre que a ocupação é um regime colonial de apartheid, que se recusa a definir suas fronteiras, nega a mera existência do povo palestino e rejeita o estabelecimento de um Estado da Palestina, mesmo que simbólico, desmilitarizado e inviolável, confinado a enclaves isolados;
- Apontar para a contradição da exigência dos líderes ocupantes por reconhecimento de um povo cuja própria existência eles negam;
- Contestar alegações de que a ocupação busca a paz ao denunciar seus líderes — com base em evidências abundantes — são criminosos de guerra e não supostos patronos da paz; elucidar, portanto, que a ocupação é um Estado criminoso de guerra comandado por uma liderança fascista e supremacista, que desdenha da lei internacional, ocupa terras árabes e palestinas e impõe uma ameaça estratégica — e até mesmo nuclear — a toda a região;
- Reafirmar que a ocupação e a opressão impostas ao povo palestino não trazem paz a absolutamente ninguém e que as alegações facciosas da ocupação ao público externo, em

nome de um suposto processo de paz, contradizem declarações internas e políticas abertamente fascistas e extremistas do governo ocupante e de sua liderança política e militar;

- Recordar sempre as políticas e práticas da ocupação nas décadas que sucederam os Acordos de Oslo (1993—1994), ao enfatizar que prevaleceu a ocupação, que a expansão dos assentamentos dobrou e que as políticas de controle e isolamento da população nativa se intensificaram exponencialmente desde então.

Sobre esta série

A causa palestina permanece uma questão relevante que se impõe dentre as maiores prioridades globais, mediante a persistente luta de seu povo, geração após geração. Tamanha resiliência prevalece apesar de tentativas implacáveis de apagar e neutralizar a causa, junto a atrocidades hediondas cometidas pela ocupação, opostas à consciência humana em todo o planeta. A causa palestina entrou em uma nova fase de confronto contra a ocupação, caracterizada pela escalada das campanhas brutais de genocídio contra o povo palestino, com apoio de forças e entidades influentes na comunidade internacional. A duradoura luta do povo palestino merece apoio claro e inequívoco a partir de esforços diversos de mídia para fomentar a compreensão e a defesa dos direitos legítimos de resistência e busca por liberdade. O discurso de liberdade deve permanecer entrelaçado às condições e aos pré-requisitos básicos para sua realização.

Essa nova fase demanda avanços qualitativos no engajamento da imprensa junto à causa palestina. É notável que os esforços de comunicação de redes de imprensa solidárias estejam ressoando cada vez mais, em âmbito global, transcendendo culturas, idiomas e contextos sociais. Tais esforços conferem um senso de autenticidade global à causa palestina, ao refletir as características únicas dos ambientes dos quais emerge.

Sobre esta série

Essas diretrizes são baseadas em nossa crença de que a causa palestina é justa e que é fundamental apoiar o povo palestino em sua busca para conquistar liberdade e libertação da ocupação israelense e reaver seus direitos humanos fundamentais. Isso inclui restaurar seus direitos por liberdade, justiça, dignidade, retorno, autodeterminação e estabelecimento de um Estado próprio com Jerusalém como sua capital.

Os meios de comunicação podem ser exercer um papel de protagonismo não apenas em reconhecer como em influenciar a conquista desses direitos. Este manual, portanto, propõe uma série de diretrizes gerais para jornalistas, apresentadores, organizações e agências de imprensa palestinas, árabes e internacionais.

Tais políticas ressaltam esforços para levar à luz a verdadeira narrativa sobre a causa palestina e seus desenvolvimentos. Nossas diretrizes buscam ainda retratar a realidade do que acontece na Palestina, de acordo com e em resposta às demandas postas ao trabalho de imprensa em todas as suas formas.

Para mais informações, acesse o website do Fórum Internacional
Palestina para Mídia e Comunicação — Tawasol:
palmediaforum.org



Palestine
International Forum
for media & communication
"Tawasol"



MEMO
MONITOR DO ORIENTE MÉDIO



@palmediaforum



@monitordooriente



@palestinemediaforum



@monitordooriente



/palmediaforum



/monitordooriente



/palmediaforum



/monitordoorient